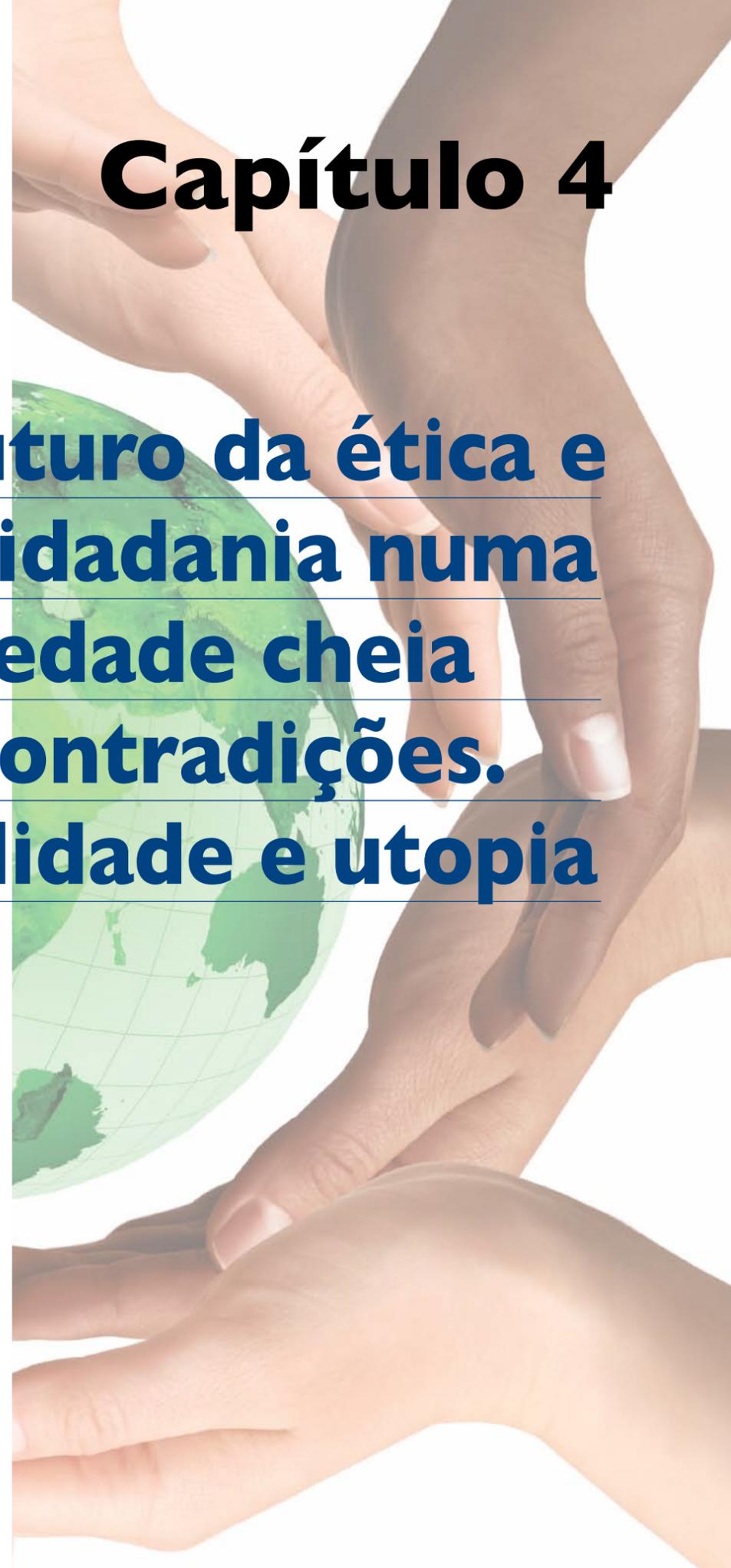


Capítulo 4

O futuro da ética e da cidadania numa sociedade cheia de contradições. Realidade e utopia



Neste capítulo, nossa reflexão vai percorrer um caminho complexo onde aparece a constante e inseparável presença da realidade e da utopia.

O conceito de utopia utilizado neste capítulo será esclarecido logo de início, pois a visão comum a percebe como sonho absolutamente irreal, delírio, quimera, fantasia inconsequente, a realidade que não existe e que não se consegue obter.

O estudo da real conjuntura entre trabalho e trabalhador nos permitirá responder como as organizações brasileiras atuais tratam a qualificação e a capacidade profissional dos seus colaboradores? Existe hoje o trabalhador ideal para as organizações ideais ou é mera utopia?

Outro ponto importante: podemos vislumbrar uma nova realidade para o trabalho e para o trabalhador numa sociedade tão contraditória? Há um novo horizonte para um trabalho mais digno e em melhores condições?

Saindo das relações de trabalho para as relações sociais, vamos abordar temas importantes, como o futuro das crianças e dos adolescentes submetidos a condições de extrema pobreza e violência e como a sociedade tem lidado com os imigrantes que buscam melhores condições de vida em outros países. Eles estão sendo respeitados?

Vamos então descobrir as respostas para todas essas perguntas.

4.1 Utopia e Ética – Um pouco de teoria

A palavra utopia vem do grego, *ou-topos*, que significa um “não lugar” ou “lugar nenhum”. Trata-se então de uma realidade que ainda não aconteceu, mas é possível de ser conquistada pela força da liberdade e da ação humana.

José Teixeira Coelho Neto, professor na área de comunicação e artes, vê a utopia como uma necessidade humana, espécie de imaginação impulsionadora das mudanças, potencialmente concretizadora, capaz de vislumbrar o que precisa ser mudado, e mesmo que pareça algo muito distante do real, aproxima-o através de ideais objetivos. Segundo ele, é

um traço que deve caracterizar o ser humano, ainda não embrutecido, pela própria fraqueza ou pela realidade tremenda; é a liberdade que ele se reserva de opor ao evento defeituoso, à situação decepcionante, uma força contraditória. Essa força poderia chamar-se **esperança**; esperança de que aquilo que não é, que não existe, pode vir a ser: uma espera, um sonho, de que algo se mova para frente, para o futuro, tornando realidade aquilo que precisa acontecer, aquilo que tem de passar a existir (COELHO, 1985, p. 7).

Edgar Morin afirma que a ética, numa visão de complexidade, caminha sempre na esperança ligada à desesperança. “Conserva a esperança quando tudo parece perdido” (MORIN, 2005, p. 198). A ética rejeita o “realismo trivial” que se adapta ao imediato. Rejeita também o “utopismo trivial”, que ignora os limites da realidade. Por isso, a ética complexa sempre enxerga “um possível ainda invisível no real” (Ibid., p. 198).

O ser humano que vive de **esperança** “sabe que o inesperado pode acontecer, e que, na história, o improvável aconteceu com mais frequência do que o provável [...] A esperança apega-se ao inesperado. ‘Se tu não buscares o inesperado, não encontrarás’, dizia Heráclito” (MORIN, 2005, p. 198).

Entretanto, Morin frisa que esperança não é certeza. Sempre inclui uma característica de aposta.

Dizer que se tem esperança é afirmar que existem muitas razões para se desesperar. Ignoramos os limites do possível, daí a justificação da esperança, mas sabemos que esses limites existem, de onde a confirmação da desesperança. A esperança do possível é gerada sobre o impossível (MORIN, 2005, p. 199).

Após esse preâmbulo teórico, vamos mostrar, nos fatos, a dura realidade do trabalho e do trabalhador, como a utopia vai se realizando e como o futuro vai se fazendo presente em meio às dificuldades e contradições da sociedade atual.

4.2 A “Constituição Cidadã” – um grande passo para reformas no sistema capitalista brasileiro

Com o progressivo enfraquecimento do regime militar, a sociedade brasileira engajou-se em um grande movimento para restabelecer os fundamentos do sistema democrático, pondo fim aos longos anos de repressão. Em 1987, instalou-se a Assembleia Nacional Constituinte, que discutiu e aprovou, em 1988, a **Nova Carta Constitucional**.

Num discurso na Assembleia Constituinte, o sociólogo Florestan Fernandes, então deputado federal por São Paulo, frisou a relevância do acontecimento:

Tivemos várias Constituições, mas nunca tivemos uma Constituição tão importante na História do Brasil [...] Esta oportunidade histórica nos obriga

Figura 4.1

Florestan Fernandes



a pensar naquelas transformações que são exigidas pelos operários, pela massa de miseráveis da terra, pela pequena burguesia enraivecida, pelos setores de classe média baixa, que estão perdendo posição, *status* e renda, e pelos outros setores que reclamam, por outros motivos, por outras razões, com a mesma justiça [...] Pela primeira vez na História do Brasil, haverá a possibilidade de se elaborar uma Constituição para todas as nações que convivem dentro do mesmo espaço territorial [...] Pela primeira vez em nossa História, surge a oportunidade de se elaborar uma Constituição que unifique o poder nacional, e crie entre essas nações vínculos realmente fortes, não só econômicos e culturais, mas jurídicos e políticos. Daí o significado histórico específico dessa Constituição: ela poderá representar para o Brasil um salto histórico qualitativo, que nos colocará, realmente, entre as nações democráticas do mundo (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE – Diário – Brasília, quinta-feira, 12 de fevereiro de 1987, Ano I – nº 009).

Resultado da vontade popular expressa pelos constituintes, a Nova Carta, promulgada em 5 de outubro de 1988, devolveu os poderes do Legislativo, deu-lhes novas atribuições em matéria de política econômico-financeira, orçamento, política nuclear, política de comunicações e criou novos direitos individuais, coletivos e sociais, em particular direitos trabalhistas.

Em anexo, no final deste capítulo, apresentaremos o Capítulo II – Dos Direitos Sociais, cujos artigos proclamam os direitos do trabalhador. Pelo fato de ter sido uma resposta aos anseios do povo e da sociedade politicamente organizada, a Nova Carta ficou conhecida como a Constituição Cidadã.

4.3 A dura realidade do trabalho e do trabalhador

Os textos a seguir apresentam alguns aspectos da realidade do trabalho e do trabalhador brasileiro nestes tempos de economia globalizada. Observe bem que, apesar das exigências profissionais, muitas são as dificuldades do trabalhador, o que possibilita admitir que o profissional competente, como as empresas

desejam, é ainda, em grande parte, uma *utopia*. E essa constatação deve ser objeto de reflexão por parte das organizações e dos trabalhadores. Vejamos algumas reportagens que mostram essa realidade.

Folha de S.Paulo, 24 de março de 2002.

MAIORIA VIVE NA PRÉ-HISTÓRIA DA CLT

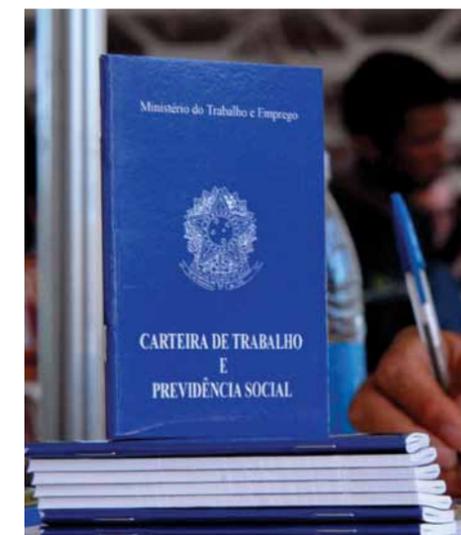
Informalidade elimina benefícios mesmo sem mudança da lei trabalhista

A maior parte dos trabalhadores brasileiros não recebe 13º salário (53%) nem férias remuneradas (54%). Benefícios não constitucionais, como plano de saúde, vale-transporte e vale-refeição, atingem menos do que um quarto dos brasileiros. Outras formas de salário indireto são ainda mais raras. Participação nos lucros das empresas, cesta básica e auxílio-educação são privilégios de menos de 20% dos trabalhadores do país.

Mais: um terço dos ocupados costuma fazer horas extras, mas apenas 40% deles são pagos em dinheiro por isso. Outros 31% não recebem nenhum tipo de compensação por trabalhar a mais, e 14% são “pagos” em folgas.

Grande parte desse passivo é fruto da informalização crescente do mercado de trabalho brasileiro, que, como dizem os especialistas, precariza as condições da ocupação. Prova disso é que 95% dos assalariados registrados recebem 13º salário e 93% têm férias remuneradas. Já para os assalariados sem registro esses benefícios constitucionais não são a regra, mas a exceção: 57% não têm 13º e 63% não têm férias pagas.

Quando não há vínculo fixo com o empregador, esses benefícios constitucionais tornam-se um prêmio que é dado a apenas 8% dos que vivem de bico ou *freelancers*. A opção do trabalho por conta própria, como autônomo regular ou empresário, também não comporta 13º e férias. Menos de 15% dos ocupados dessa forma obtêm essas vantagens.

Figura 4.2

Uma das conclusões possíveis a partir dos dados processados pelo Datafolha é que se criou um círculo vicioso no mercado de trabalho brasileiro: o excesso de oferta de mão de obra propicia a informalidade, porque os trabalhadores preferem perder direitos a ficar sem ocupação, mas eles acabam assim trabalhando mais horas e, indiretamente, acumulando as tarefas que seriam destinadas a outros postos de trabalho, realimentando o desemprego.

Folha de S.Paulo, 24 de março de 2002.

MAL-ESTAR AINDA PREDOMINA NO TRABALHO

Marcio Pochmann

Onze gerações separam o fim da escravidão e o atual exercício do trabalho no âmbito do capitalismo brasileiro. Nesse tempo, o balanço evolucionista do trabalho não parece animador, mesmo considerando que o país deixou de ser uma grande fazenda geradora de produtos primários voltados à exportação para se localizar, neste início de terceiro milênio, entre as oito principais economias industriais do mundo.

Essa interpretação é sugestiva do conjunto de percepções que os brasileiros apresentam a respeito do sentido do trabalho, revelado pelo Datafolha. A constatação da ausência de uma verdadeira sociedade salarial no Brasil, apontada pela síntese da pesquisa, distingue o recorrente sucesso do capitalismo selvagem ante a insegurança e a instabilidade generalizadas no trabalho.

(...) Não há como negar que sobrevivem, pelo menos, quatro grandes questões não resolvidas em relação ao mercado de trabalho.

A primeira revela a incompatibilidade entre a insuficiência da remuneração obtida no trabalho e a diversidade oferecida pelo padrão de consumo. O Datafolha aponta a presença de baixos rendimentos, longe da constituição de uma sociedade salarial fundada no consumo de massa, já que 56% dos brasileiros vivem com menos de R\$ 12,00 diários.

Considerando-se o rendimento médio, constata-se que ao final do mês poderá ter consumido 93,5 kg de carne ou 194,3 kg de pão. Conforme pesquisa de 1911 com trabalhadores do setor têxtil em São Paulo, o salário médio assegurava o consumo de 139,1 kg de carne bovina ou 313,3 kg de pães.

Mesmo para as classes médias, conforme relatava o jornal *A Classe Operária*, em 18 de julho de 1925, a garantia necessária à cobertura do padrão decente de consumo exigia a realização de serviços laborais extraordinários. Em razão disso, consolidou-se, até hoje, outra questão mal resolvida, que pode ser identificada pela cultura excessiva das jornadas longas de trabalho.

Segundo o Datafolha, a maior parte dos brasileiros convive com jornadas extensas, considerando que um em cada dois entrevistados indicou trabalhar ao menos seis dias por semana. Pelos relatos da imprensa no

início do século 20, a prática de jornadas de trabalho acima de 11 horas por dia já existia, permitindo associar o ambiente de trabalho a verdadeiras fábricas-cárceres.

A discriminação no e do trabalho estabelece uma terceira questão não resolvida. Pelas informações oferecidas pelo Datafolha, o salário médio mensal das mulheres era 40,4% menor em novembro de 2001. Dados de 1911 permitem observar que a remuneração da mulher era 41,2% menor do que a do homem quando no exercício das mesmas funções laborais no setor têxtil. Finalmente, uma quarta questão identificada por meio da intranquilidade existente no exercício do trabalho assalariado no Brasil. Aparentemente ela surge com aparência paradoxal. De um lado, a cada dez desempregados e trabalhadores informais, nove sonham com um emprego com registro em carteira, revelando o interesse pelo assalariamento regulamentado. Mas, de outro lado, oito em dez brasileiros têm interesse por um negócio próprio. A incompatibilidade entre o assalariamento e a perspectiva libertadora do exercício de um autoemprego pode ser apenas aparente, derivada tanto da ausência como da descontinuidade dos contratos de trabalho – também conhecida como flexibilidade burra.

PROPOSTA DE ATIVIDADE I

As pesquisas apresentadas e comentadas nos artigos acima citados são do ano 2002. Faça uma relação das características das relações de trabalho que aparecem no texto e pesquise se ocorreram alterações daquele período para hoje. Duas instituições pesquisam frequentemente as condições de trabalho e disponibilizam seus resultados: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (www.ibge.gov.br) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese (www.dieese.org.br). Após elaborar suas pesquisas, verifique se as quatro grandes questões apresentadas por Marcio Pochmann ainda são válidas para a atualidade. Elabore um painel com os resultados de sua pesquisa e apresente-o a seus colegas.

4.4 Novas perspectivas para o trabalho

Diante dessa dura realidade, é hora de nos perguntarmos: é possível vislumbrar novos horizontes para o trabalho? Quais são as possibilidades de construção de novas perspectivas para o trabalhador? Certamente, nosso futuro não precisa ser o desemprego. Como afirma a filósofa Hannah Arendt, nada seria pior do que uma sociedade de trabalhadores sem trabalho.

Se, por um lado, é correto prever que os setores mais dinâmicos da economia estarão incorporando tecnologias e formas de gestão da produção altamente produtivas e poupadoras de mão de obra, por outro, deve-se considerar que a heterogeneidade da economia brasileira, no sentido de capacidades empresariais, financeiras e tecnológicas assimétricas por setores e regiões, implica trajetórias de difusão mais lentas dessas inovações tecnológicas e organizacionais do que aquelas vigentes nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (www.dieese.org.br/esp/real/cjuabr96.xml, acessado em 14 nov. 2010).



Marcio Pochmann, professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp (licenciado), foi secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo.

Pesquisa elaborada pelo DIEESE. Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego, <http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=18>. Acessado em: 5 dez. 2009.

Figura 4.3

Hannah Arendt



Igualmente é importante afirmar que mais tecnologia algumas vezes pode significar mais trabalho, bem como a redução da jornada de trabalho pode significar aumento de horas extras. Segundo dados do DIEESE, a proporção dos assalariados que trabalham acima de 44 horas semanais em São Paulo (região metropolitana) variou de 40,6% em 1998 para 37,8% em 2008.

A mesma pesquisa indica que a jornada média dos trabalhadores ocupados é de 43 horas semanais (dados de 2008) na região metropolitana de São Paulo – em 1998, a jornada média era igualmente de 43 horas semanais.

Figura 4.4

A linha de montagem “manual” de Ford e uma linha de montagem moderna, em que robôs e operários atuam simultaneamente.

No Brasil, também podemos afirmar que uma parte dos índices de desemprego se deve à desqualificação para o trabalho nos setores mais dinâmicos da economia, ou seja, muitos trabalhadores não estão preparados para ocupar funções que exigem conhecimentos específicos.



Considerando tudo o que foi exposto, podemos dizer que existe a necessidade de uma constante formação profissional para disputar uma vaga no mercado formal de trabalho e que as empresas são exigentes – os profissionais que anseiam por permanecer nesses setores devem investir no desenvolvimento de suas competências.

A sociedade brasileira, coletivamente, deve criar uma agenda que privilegie a discussão do emprego e da inclusão social, visando manter a busca de alternativas que, utilizando as tecnologias como aliadas, construam perspectivas para o trabalhador brasileiro.

A “libertação” do trabalho e a realização do trabalhador como ser humano é ainda uma utopia, que deve estar sempre ligada à luta por uma sociedade superando as dominações, que acontecerá pela prática constante e incessante do trabalhador e que só poderá advir pela ação política, que está indissolivelmente ligada ao futuro da ética e da cidadania.

4.4.1 O sonho do “ócio criativo”

Domenico De Masi, sociólogo italiano, um dos mais conceituados e polêmicos teóricos das modernas relações entre o homem e o trabalho, pontua no seu livro *O ócio criativo* um tipo de ócio diferente do que a palavra inspira – muita sombra, água fresca e nenhuma ocupação para o resto da vida. Sob o ponto de vista comum, ele acentua que o ócio pode transformar-se em violência, neurose, vício e preguiça.

O **ócio criativo** que o autor defende está associado à criatividade, à liberdade e à arte. As máquinas, por mais sofisticadas que sejam, não poderão substituir o homem nas atividades criativas. Desse modo, o futuro pertence àqueles que forem mais capazes de oferecer serviços do tipo intelectual, científico e artístico, adequados às várias necessidades personalizadas dos consumidores.

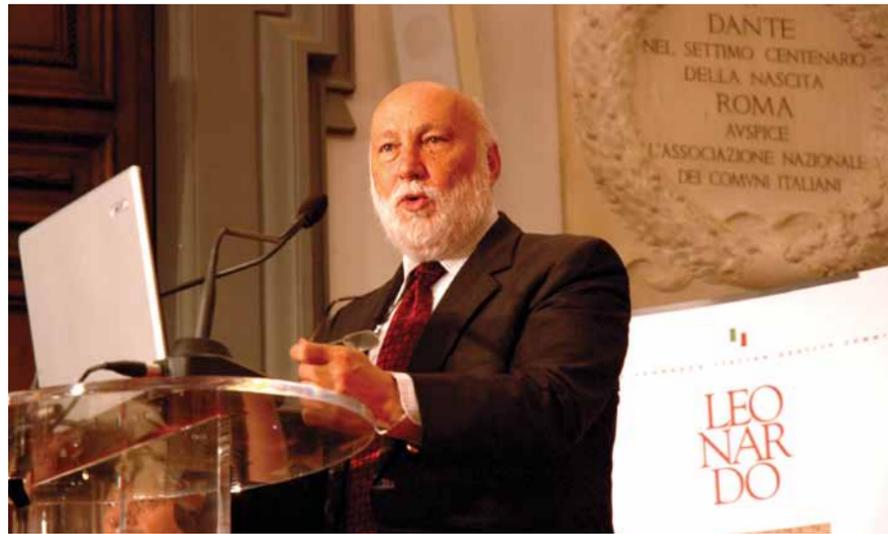
O ócio criativo une o trabalho (tarefa) com o estudo (conhecimento) e com o lazer (jogo e diversão). Podemos organizar nosso tempo e fazer com que todos os três coincidam. Essa é a única forma de produzir ideias geniais. Para isso é necessário libertar-se da ideia tradicional de trabalho como obrigação ou dever e oportunizar uma mistura de atividades, onde o trabalho se confunde com o tempo livre, o estudo e o jogo. Por exemplo, ao dar uma aula, o profissional deve priorizar a criação de um valor, associando divertimento e formação (fonte: http://www.netsaber.com.br/resumos/ver_resum_C-687.html. Acessado em 17 jan 2009).

Segundo as palavras de De Masi, pelo ócio criativo podemos alcançar “a plenitude da atividade humana”, pois ele possibilita, em nosso agir, fazer coincidir, acumular, exaltar e mesclar o trabalho, o estudo e o jogo, e assim trabalhamos, aprendemos e nos divertimos tudo ao mesmo tempo. No entender de De Masi, “o ócio criativo é uma situação que se tornará cada vez mais difundida no futuro” (DE MASI, 2000, p. 148).

Domenico De Masi nasceu na Itália, em 1938. É professor titular do curso de Sociologia do Trabalho na Universidade La Sapienza, de Roma. Também é membro do comitê científico de várias revistas italianas e diretor responsável da *Next – Strumenti per l’Innovazione*. É fundador e presidente da *S3 Studium*, que oferece cursos de especialização em ciências organizacionais. Também é consultor organizacional de várias empresas, dentre as quais a Fiat, a IBM e a Pirelli. Publicou vários livros: *O ócio criativo*, *A emoção e a regra*, *O futuro do trabalho*, entre outros.

Figura 4.5

Domenico De Masi



O modelo criado por De Masi

No livro *O ócio criativo*, De Masi discute o modelo social elaborado pelo Ocidente, sobretudo pelos Estados Unidos, centrado na idolatria do trabalho, do mercado e da competitividade. A este, contrapõe um novo modelo, com as seguintes premissas:

- baseado na simultaneidade entre trabalho, lazer e estudo;
- centrado mais no tempo livre do que no tempo decrescente dedicado ao trabalho;
- atento à distribuição equânime da riqueza, assim como sua produção de forma eficiente;
- em luta pela redistribuição do tempo, do trabalho, da riqueza, do saber e do poder;
- comprometido com uma educação que privilegie a satisfação de necessidades radicais, como a introspecção, o convívio, a amizade, o amor e as atividades lúdicas.

Após estudar por muitos anos as condições dos trabalhadores italianos, o autor evidenciou que “o trabalho mudava diante de nossos próprios olhos, os equipamentos iam substituindo cada vez mais rapidamente os operários, e nas empresas surgiam novas figuras, todas de tipo intelectual”. Assim, De Masi afirma:

Depois de ter dedicado vinte anos ao estudo do trabalho operário, naquele ponto me parecia claro e inadiável o salto para o estudo da **criatividade organizada**. A partir daquele momento, minha atenção passou a se concentrar cada vez mais no trabalho criativo desenvolvido por um grupo, no mercado de trabalho, na necessidade de se recriar uma ciência da organização, numa perspectiva pós-industrial (p. 298-299).

Por criatividade, Domenico De Masi entende “um processo mental e prático, ainda bastante misterioso, graças ao qual uma só pessoa ou um grupo, depois de ter pensado algumas ideias novas e fantasiosas, consegue também realizá-las concretamente” (p. 300-301).

Julgamos relevantes as posições de De Masi como um bom exemplo de utopia porque consideramos que a ação conjunta e a criatividade são elementos importantes para construir novos campos para o trabalho. É igualmente importante conhecer os espaços que nos cercam, identificar os problemas, buscar soluções, pensar globalmente e, no embate democrático, no âmbito da escola e fora dela, buscar alternativas na construção de novos campos para o trabalho.

PROPOSTA DE ATIVIDADE 2

Em grupos, e depois em plenária, comparem a situação do trabalho exposta no artigo transcrito no item 4.2 com as exigências de competências expostas no capítulo anterior e com o sonho do “ócio criativo” proposto por De Masi e busquem refletir e discutir esta questão: ser um profissional competente e dedicar-se ao “ócio criativo” – o que tem ainda de utópico e o que já pode ser tido como conquistas realizadas? Sugere-se que as discussões e conclusões tenham como referência as práticas profissionais que você realiza ou que você conhece. Lembre-se de elaborar um relatório das conclusões e passá-lo para o seu caderno de atividades.

4.4.2 Exemplos de sonhos pessoais que se realizaram

Os dois textos a seguir – que comentam um filme e um livro – apresentam situações na perspectiva de encontrar caminhos que incluam e democratizem conhecimentos e tecnologias, trabalho e lazer com criatividade, contribuindo para novas formas de convivência.

As utopias estão sempre presentes e constantemente se transformam em realidade. Vamos ver alguns exemplos de sonhos que aconteceram superando obstáculos e limitações.

Filme: *Ou tudo ou nada (The Full Monty)*

Reino Unido, 1997

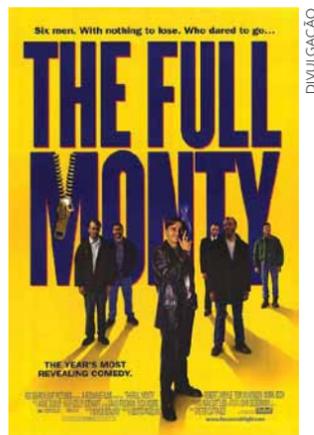
Direção: Peter Cattaneo

Com: Robert Carlyle, Tom Wilkinson, Peter Barber, Mark Addy e outros.

Seis operários desempregados, que vivem em Sheffield (Inglaterra), antigo centro industrial do aço na Inglaterra, decidem montar, apenas por uma noite, um show de *striptease* para mulheres. Na verdade, o que os motiva é dinheiro. A partir deste mote narrativo, o filme expõe, em tom de comédia, com uma envolvente trilha musical, a constituição do grupo, seus dramas pessoais, medos e ansiedades ligados ao novo desafio de se desnudar por uma noite para um público de mulheres.

Figura 4.6

Um dos cartazes do filme divulgado à época do lançamento, em 1997.



Gaz, Dave e Gerald frequentam o Centro de Emprego local criado pela Assistência Social do governo inglês para abrigar desempregados. Para constituir a equipe de *strippers*, eles fazem entrevistas com desempregados e tentam montar seu empreendimento. É a partir daí que Horse e Guy passam a compor o time de personagens centrais.

É interessante observar como cada um participa e contribui com o trabalho da equipe e coletivamente constroem seu *show* e sua sobrevivência. O filme expõe o drama de pessoas desorientadas na época do capitalismo global em busca de uma âncora de esperança.

Ao lado de Gaz, Dave, Gerald, Lomper, Horse e Guy, existe uma outra personagem principal no filme *The Full Monty*: a cidade de Sheffield. Em vários momentos, é perceptível o cenário urbano ainda marcado pelo passado industrial. Aliás, logo no início do filme, temos um pequeno vídeo promocional de Sheffield na era de ouro do industrialismo inglês.

Jean-Paul Sartre destacava que o importante é saber o que vamos fazer com aquilo que o capital está fazendo de nós. E diremos mais: o importante também é saber como vamos dizer aquilo que o capital está fazendo de nós. O problema da linguagem e da comunicação, ou do relato claro e transparente da tragédia humana na civilização do capital é um dos problemas prementes do nosso tempo. (Fonte: www.telacritica.org/OuTudoOuNada.html. Acessado em 20 out. 2009.)

Livro: Um livro, uma história, sintetizado e comentado por Carlos Cardoso, com o título *O garoto que domou o vento*

Esta é uma daquelas histórias que rendem filmes de Sessão da Tarde, mas ao contrário do excelente *Céu de Outubro*, a situação de William Kamkwamba era muito mais dramática.

Ele nasceu e cresceu em Malawi, um daqueles países irrelevantes até mesmo para os padrões africanos. Tem 14 milhões de habitantes, baixa expectativa

Figura 4.7

Jean-Paul Sartre



de vida, alta mortalidade infantil e AIDS. A renda *per capita* é de US\$ 312,00. Só para comparar a do Brasil é de US\$ 8.295,00.

Sua vila/aldeia não tinha saneamento básico, água corrente e muito menos eletricidade.

É comum na África gente percorrer quilômetros a pé para recarregar celulares e rádios, e era o que William fazia.

Em 2002, aos 14 anos, seus pais foram obrigados a tirá-lo da escola. Assolados pela fome a família não tinha como mantê-lo estudante. Mas Kamkwamba era um grande guerreiro, não no sentido militar – guerra não faz ninguém grande – mas no intelectual. Mesmo fora da escola ele continuou frequentando uma pequena biblioteca, de um só cômodo, bancada por doações do Governo dos EUA.

Nela ele viu um livro sobre moinhos de vento. Mesmo sem entender muito bem inglês, percebeu que aquilo era algo que ele conseguiria fazer. Percebeu que eletricidade era a chave para melhorar a condição de vida de sua família. Só 2% da população têm acesso ao recurso.

Durante três meses ele juntou peças de ferro-velho, bicicletas encontradas no lixo; estudou sobre magnetismo, condutores e dínamos. De posse do conhecimento repassado por Mestres há muito mortos, ele fez algo que deixaria **Maxwell** orgulhoso: aplicou a Teoria e construiu um moinho de vento.

Antes de o projeto ficar pronto, a turma que acredita que nada pode ser feito da primeira vez caiu de pau em cima do garoto, afinal um moleque de 14 anos, em um país insignificante da África, ousar desafiar os Deuses da Mediocridade e construir algo, ao invés de sentar, reclamar e ficar recebendo calado a esmola em forma de doações da ONU?

Isso é uma afronta a todo mundo que escolheu o caminho mais fácil. Por isso Kamkwamba ouvia coisas como:

“Você é doido, acho que está fumando maconha demais”.



James Clerk Maxwell (1831-1879), físico e matemático britânico conhecido por ter dado a forma final à teoria moderna do eletromagnetismo.

Figura 4.8

O pai de William Kamkwamba, Tyrrel Kamkwamba, à frente da casa da família em Wimbe, Malawi.



Indignado, o garoto respondia: “Vejam esta foto no livro! Esse moinho não caiu do céu, alguém construiu!”.

Mesmo assim o projeto deu certo. O moinho gerava energia para televisão, eletrodomésticos, rádio, iluminação, recarregar celulares e o mais importante, bombear água.

Logo o moinho de Kamkwamba se tornou atração turística/funcional. Pessoas vinham de longe para carregar seus celulares, outros começaram a visitar a biblioteca, os sábios locais perceberam que a história precisava ser divulgada. Logo um jornalista apareceu e Kamkwamba teve seu feito publicado.

Graças aos *blogs* a notícia se espalhou mais ainda. Logo William Kamkwamba estava ensinando a construir moinhos, viajando pela África contando sua história, que foi parar nos ouvidos de Bryan Mealer, jornalista especializado na África.

Bryan passou mais de um ano juntando material, fazendo entrevistas e visitando os locais, até escrever *O Garoto que Domou o Vento*, contando toda a história.

O livro já está na lista de Best Sellers do New York Times. William Kamkwamba ganhou uma bolsa de estudos e está terminando seu Segundo Grau em Johannesburgo, na África do Sul, no Kings College.

Afinal de contas, mesmo sendo um garoto que não foi alfabetizado em inglês, sem um centavo no bolso e praticamente sem comida em casa, William Kamkwamba tem inteligência, o que nem sempre é algo reconhecido por seus pares.

Isso propiciou um currículo invejável. No mínimo tem que se respeitar alguém que faz uma apresentação no **TED**, em Oxford, Inglaterra.

Ele conseguiu isso sem computadores, sem internet, sem superstição, sem ódio nem raiva. Poderia ser mais um pregando caos e destruição, com seus AK47s virtuais ou não. Mas estes e seus gritos raivosos estão sempre destinados ao esquecimento.

Lembrado será William Kamkwamba, por mostrar que relevantes são os que **constroem** moinhos de vento, não os que os combatem. (CARDOSO, Carlos. *O garoto que domou o vento*.)

Disponível em: <http://www.contraditorium.com/2009/10/15/o-garoto-que-domou-o-vento/>
Acessado em: 21 out. 2009.

PROPOSTA DE ATIVIDADE 3

Procurem em livros, revistas, jornais, filmes exemplos de conquistas pessoais em que os protagonistas da história superaram situações adversas no mundo do trabalho e das profissões.

Entrevistem alguns profissionais e perguntem se conhecem o código de ética da sua profissão e qual importância atribuem a ele.

Criem uma dinâmica para apresentar os resultados das buscas individuais: jogral, cartazes, encenação teatral etc. Nunca se esqueçam de anotar todas as contribuições no seu caderno de atividades.

4.5 O futuro das crianças e dos adolescentes em situação de violência e de extrema pobreza. Um desafio à ética e à cidadania

Há relatos impressionantes sobre a situação de extrema pobreza no Brasil, a qual obriga crianças e adolescentes ao trabalho quase escravo e os afasta da escola. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), cerca de 3,8 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos, em todo o Brasil, acordam cedo e enfrentam, como gente grande, duras jornadas de trabalho. Há relatos de trabalho infanto-juvenil em carvoarias clandestinas, no cultivo do fumo, no beneficiamento do sisal e em outras atividades, urbanas e rurais, especialmente nas pequenas propriedades, que dependem da mão de obra familiar.

Figura 4.9

TED – Technology Entertainment Design é uma organização sem fins lucrativos dedicada a divulgar ideias que valem a pena.

A reação da sociedade está acontecendo, embora lenta e nem sempre bem-sucedida. O Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) trabalha para diminuir a exploração da mão de obra no mundo e no Brasil atuando nos locais de maior exploração. Também a Fundação Abrinq para os Direitos da Criança (ligada aos fabricantes de brinquedos) faz um trabalho nessa área e orienta as empresas para que não contratem menores de 14 anos.

As conquistas legais no sentido de coibir o trabalho dos menores são relevantes. Podemos citar: a Constituição Federal do Brasil de 1988, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Convenção 138 da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

No Brasil, existem políticas públicas que incentivam, mediante ajuda financeira, as famílias de baixa renda a manter os filhos na escola, até os 15 anos de idade (Programa Bolsa Família).

Esperamos que, quando você ler este livro, já não existam mais crianças trabalhando e que já tenha diminuído consideravelmente o número de crianças e adolescentes fora da escola, obrigadas a trabalhar devido à situação adversa das famílias ocasionada pelo desemprego, pelo aviltamento do salário ou pelas precárias condições do país.

Para motivar a discussão sobre este tema, sugerimos uma atividade tendo como pano de fundo o enredo do filme *Crianças invisíveis*.

Filme: *Crianças invisíveis (All the Invisible Children)*

Itália, 2005

Direção: Mehdi Charef, Kátia Lund, John Woo, Emir Kusturica, Spike Lee, Ridley Scott e Stefano Veneruso

O projeto desse filme começou de maneira distinta de um projeto puramente comercial de grandes estúdios. A produtora italiana Chiara Tilesi, com apoio do governo italiano e posteriormente do Unicef e do WFP (World Food Program), conseguiu juntar alguns dos maiores nomes do cinema atual para apresentarem suas versões sobre um tema muito discutido no mundo: a inclusão social das crianças. O filme reúne oito diretores em sete curtas, cada um deles mostrando uma diferente região do globo e focando em problemas distintos. Brasil, Itália, Inglaterra, Sérvia, Burkina Faso, China e Estados Unidos são os países em que os curtas foram filmados. Todos nós sabemos que existem crianças como as retratadas nessas sete histórias: meninos-guerrilheiros; pequenos ladrões explorados; jovens que sofrem o preconceito diante de uma doença como a AIDS; irmãos que têm de se unir e lutar nas ruas para seguir em frente; sobreviventes de guerra; ou crianças abandonadas, solitárias, infelizes.

Conheça algumas das histórias retratadas nesse filme:

I – O filme *Tanza* mostra um grupo de crianças em algum lugar da África não especificado. Todas guerrilheiras, portando armas, espreitam uma cidade com



Figura 4.10

Em algumas áreas de conflito da África, facções chegaram a sequestrar crianças para “formar” combatentes.

mulheres e crianças de uma etnia inimiga. Tanza tem apenas 12 anos e a ele é dada a missão de ocultar uma bomba na escola onde, na manhã seguinte, várias crianças da mesma idade se sentarão para sua aula. As cenas finais deste curta estão entre as de maior grau de simbolismo. Trazem um menino-soldado numa sala de aula, que ele mesmo vai pôr aos ares. A criança soldado, que guarda seus brinquedos como verdadeiros tesouros e no mesmo dia nos mostra um olhar destemido quando encara uma patrulha do exército, deixa que seus sentimentos venham à tona quando se depara com uma sala de aula, um quadro negro e material escolar.

II – O segmento brasileiro se passa em São Paulo e é dirigido por Kátia Lund, de *Cidade de Deus* e *Cidade dos Homens*. Fala sobre **João e Bilu**, duas crianças que vivem de catar material reciclável no centro de São Paulo, oprimidas pelo Minhocão, pelos automóveis e poluição visual, mas essencialmente pelos adultos e seu jeito econômico de ser. Entre as brincadeiras e a guerra pela sobrevivência, Bilu e João, alternando a imaginação infantil e a labuta adulta, estão metidos, sem saber, na ordem global: o preço do alumínio, determinado em bolsas de mercadorias, acaba influenciando no preço da latinha que eles encontram nas ruas. Crianças são crianças e mantêm uma inabalável disposição para sonhar e resistir, por mais que as condições em torno delas sejam tantas vezes quase insuportáveis. O episódio mostra também que em meio a um ambiente tão inóspito, podem brotar atitudes de solidariedade e de compaixão. A diretora aborda o tema de maneira bem-humorada sem querer que se tenha pena dos protagonistas. Eles vivem aquela realidade ainda alheios ao que o futuro lhes reserva. Que futuro será esse?

O que você acha que acontecerá com João e Bilu? E que elementos de sua história o levaram a chegar a essa conclusão? Há alternativas? Qual?

Figura 4.11

A realidade das personagens é comum a inúmeras crianças no Brasil.



4.6 O imigrante. A cidadania negada

“Quem habita este planeta não é o Homem, mas os homens. A pluralidade é a lei da Terra.” (Hanna Arendt, *A vida do espírito*).

A globalização está provocando um intenso êxodo populacional. Africanos procuram emprego na França, turcos na Alemanha, latino-americanos nos Estados Unidos, sul-americanos no Brasil, albaneses na Itália e assim por diante.

O estrangeiro não é mais aquele que vive do outro lado do oceano ou das fronteiras.

Tornou-se um vizinho. Por isso vem ocorrendo um recrudescimento do racismo nos países que mais recebem o fluxo migratório. O que mais incomoda no outro estrangeiro é o seu modo diferente de organizar a sua vida, a sua cultura, e isso provoca um sentido de exclusão e a tendência de classificá-lo mediante atributos discriminatórios: preguiçoso, explorador, que vem roubar os poucos empregos que ainda restam. O ódio ao estrangeiro é a forma mais geral do racismo moderno.

Leia a reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 13 de setembro de 2009. O tema é o tratamento dado a imigrantes em um país europeu. É interessante observar que italianos já se constituíram como grupos emigrantes e hoje se encontram em diferentes países do mundo. No caso do Brasil – e também dos Estados Unidos –, os movimentos migratórios de diferentes origens estão na constituição do próprio povo; essa diversidade populacional contribuiu para o enriquecimento econômico e cultural (apesar de muitos discursos atuais nos quererem fazer acreditar no contrário).

O Estado de S. Paulo, 13 de setembro de 2009. (Andrei Netto)

CONTRA ILEGAIS, ITÁLIA FLERTA COM O FASCISMO

Leis que tornam crime imigração clandestina e discurso xenófobo expõem intolerância da sociedade italiana

ROMA – Exatos 90 anos após Benito Mussolini lançar o Manifesto Fascista, a Itália está novamente diante do racismo. Com o objetivo de combater a imigração clandestina e a criminalidade, a Justiça italiana já está condenando os primeiros estrangeiros pelo recém-criado “crime de imigração”. Por todo o país, exemplos de intolerância alimentam a polêmica sobre o governo de Silvio Berlusconi, mas também sobre a sociedade italiana, cada vez mais acusada de racismo.

A controvérsia sobre o que vem sendo chamado de “deriva fascista” na Itália surgiu há três semanas, quando um bote com cinco imigrantes eritreus foi resgatado na costa da Ilha de Lampedusa, no Mar Mediterrâneo – a principal rota usada por imigrantes ilegais da África para entrar na Europa. Para trás, o grupo havia deixado 73 mortos, vítimas de 20 dias de sede e fome à deriva. A tragédia transformou-se em debate nacional depois que os imigrantes relataram terem sido avistados por embarcações que lhes negaram socorro durante o trajeto, contrariando uma lei marítima histórica.

A polêmica cresceu depois que a Justiça de Florença condenou o primeiro estrangeiro à luz da nova lei de “imigração clandestina”. Acusado de furtar uma bicicleta, Samer al-Shomaly, um palestino de 28 anos, foi condenado a pagar uma multa de 5 mil euros, pena sujeita à conversão em expulsão do país.

Figura 4.12

Imigrantes ilegais recolhidos pela marinha italiana.



A condenação teve como base o Pacote de Segurança, aprovado pelo governo de coalizão de Silvio Berlusconi com o partido de extrema direita Liga Norte em 2 de julho. A legislação tornou-se símbolo do rigor da Itália em relação aos estrangeiros em situação irregular. O texto prevê, entre outras punições, a desapropriação de imóveis alugados a imigrantes ilegais e aumenta de 60 dias para 6 meses o tempo de detenção de clandestinos – palavra que virou sinônimo de “criminoso” no país. A ofensiva contra os imigrantes desencadeou uma onda de críticas de intelectuais, organizações não governamentais (ONGs), militantes dos direitos humanos, da Igreja e de políticos de oposição na Itália e na Europa.

Laura Boldrini, alta comissária das Nações Unidas para os Refugiados, considera a lei abusiva. “Há na Itália um estímulo ao ódio que não pode ser aceito em uma sociedade democrática. É como jogar combustível no fogo”, advertiu. “A opinião pública vem sendo alvo de uma campanha que confunde imigrantes com criminosos, ignorando que eles são importantes para a economia e para o bem-estar das famílias.”

O diretor da Organização Internacional para a Imigração (OMI) para o Mediterrâneo, Peter Schapfer, tem posição semelhante: “A Itália não sabe lidar com o fenômeno da imigração porque o conheceu relativamente tarde. Há 10 ou 15 anos, ainda se considerava um país de emigrantes. Ainda não considero o conjunto da sociedade italiana racista, mas é verdade que grupos políticos e setores minoritários da sociedade têm um discurso racista, xenófobo e islamofóbico”.

Para motivar ainda mais a discussão sobre a imigração e seus efeitos, sugerimos a análise do filme *Bem-Vindo*, que causou polêmica ao ser lançado, pois discute as políticas anti-imigrantes na França e denuncia as implicações legais aplicadas aos franceses por abrigar ou ajudar um imigrante ilegal.

Filme: *Bem-vindo (Welcome)*

França, 2009

Direção: Philippe Loiret

Com: Vincent Lindon e Firat Ayverdi

O filme conta a história de Simon, professor de natação que protege o jovem curdo Bilal. Ele pretende chegar a Londres para reencontrar a namorada Mina, mas esbarra na forte fiscalização que o impede de atravessar o Canal da Mancha.

O roteiro, de Olivier Adam e Emmanuel Courcol, cria contexto para seus personagens com riqueza de detalhes não raro incômodos. Assiste-se à tentativa de Bilal e outros imigrantes ilegais de atravessar a fronteira francesa, escondidos num caminhão. Para passarem pela fiscalização, precisam enfiar sacos plásticos na cabeça e prender a respiração por alguns minutos – caso contrário, os sensores dos fiscais identificam o gás carbônico liberado. Bilal não aguenta e, por isso, ele e os companheiros são presos. Não sem antes ganharem números gravados com tinta indelével em suas mãos, detalhe que lembra os campos de concentração nazistas.

Liberados temporariamente, depois disso, para circular na cidade de Calais, os imigrantes de pele morena são destratados a cada passo. São impedidos de entrar em supermercados, ainda que mostrem seu dinheiro.

O diretor Philippe Loiret constrói uma crônica sólida de como a intolerância contra os imigrantes se manifesta nos dias de hoje no continente considerado como o berço da cultura e da civilização, a Europa – cujo progresso econômico atrai sem cessar estrangeiros de todos os pontos do planeta.

4.6.1 Ações da sociedade para conter a discriminação contra imigrantes

A sociedade está se mobilizando para superar as discriminações e fazer respeitar os direitos humanos com relação aos imigrantes. Um marco importante é o II Fórum Mundial das Migrações, ocorrido de 22 a 24 de junho de 2006, em Rivas-Vaciamadri, Espanha, que reuniu representações de 84 países e traçou importantes linhas de ação para uma mobilização mundial.

Transcrevemos aqui alguns destaques da “Declaracion de Rivas”, documento extraído no II Fórum Mundial.

- a migração faz parte de um processo que precisa ser compreendido no marco da globalização, com a imposição do modelo neoliberal em âmbito mundial;
- as políticas migratórias não podem estar à margem dos Direitos Humanos;
- a cidadania universal é uma necessidade para os processos de convivência. Todas as pessoas imigrantes devem ter todos os direitos inerentes à condição de cidadão sem vincular-se à nacionalidade, inclusive o de voto;
- os migrantes são sujeitos sociais, cujo empoderamento e articulação como agentes de transformação política, social, cultural e econômica é fundamental;
- os migrantes não podem ser reduzidos à força de trabalho;
- é necessário que os governos assinem e ponham em prática as convenções e convênios internacionais de proteção e promoção do migrante: a Convenção Internacional para os Direitos dos Trabalhadores Migrantes e seus Familiares, o Convênio 143 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e o Convênio 49 contra o Tráfico de seres humanos. (Cf. BASSEGIO, Luiz; FREIRE, Roberval. Por uma nova lei de Imigração para o Brasil, in BERNARDO, Teresinha; CLEMENTE, Claudemir Correa (Orgs.). *Diásporas, redes e guetos*, 2008, p. 103-104.)

No Brasil, ainda está em vigor a Lei nº 6.815, de 19/8/1980, aprovada pelo governo Figueiredo, que reflete os ranços do autoritarismo repressivo do regime militar brasileiro. Durante a ditadura militar a estada definitiva do estrangeiro no Brasil tornou-se exceção e foram criados “crimes especiais”, com privação de liberdade, deportação e expulsão. Com base nesse fundamento ideológico, vários perseguidos políticos dos países vizinhos acabaram mortos,

Figura 4.13

A queda do Muro de Berlim, 1989.



pois as embaixadas brasileiras se recusaram a dar-lhes asilo. Na lei de 1980, o imigrante tornou-se um potencial inimigo interno, suspeito de subversão, entre outros crimes.

A lei ainda continua em vigor, mas está em tramitação no Congresso um anteprojeto de uma nova Lei dos Estrangeiros. Esse anteprojeto está sendo discutido pela sociedade desde 2004, que o criticou por ser apenas um remendo à lei em vigor, por ser seletivo do ponto de vista econômico, privilegiando o mercado e por não prever vários direitos já recomendados pelas convenções e convênios internacionais. A sociedade aguarda a divulgação do anteprojeto e ainda se interroga em que medida o texto incorpora os anseios dos imigrantes e demais setores da sociedade civil. (Cf. BASSEGIO; FREIRE, op. cit. p. 98-101.)

PROPOSTA DE ATIVIDADE 4

Acabamos de mostrar dois segmentos sociais peculiarmente fragilizados no mundo globalizado: a criança e o adolescente e o imigrante, cuja situação foi ilustrada por textos e filmes.

Vamos refletir e discutir sobre o que vem ocorrendo com eles. Daí algumas questões para serem trabalhadas em grupos e depois em plenária, lembrando sempre que as conclusões devem ser registradas no seu caderno de atividades.

1. Você conhece outros exemplos de menores e adolescentes em situação de exclusão pelo trabalho ou pela violência? Que futuro os espera?
2. Você tem contato com imigrantes em seu ambiente de trabalho ou próximo da sua residência? Como eles são recebidos?
3. Conhece iniciativas leigas e religiosas para amparar a criança e o adolescente e promover os direitos deles? E para acolher e promover o imigrante?

4.7 Em busca da convivência na cidade. Como é difícil!

Observando tudo o que está ao nosso redor, certamente nos damos conta de uma série de coisas que nos revelam contradições da sociedade. É possível sentir-se bem em qualquer passeio às ruas vendo a exclusão convivendo lado a lado com a suntuosidade?

Ao abrirmos os jornais vemos que o tema da convivência é a cada minuto reiterado, ao nos revelar conflitos marcados pela intolerância. A mídia, de uma maneira geral, nos deixa uma questão: como construir a convivência na diversidade?

Considerando que o mundo é plural e que essa pluralidade é a sua riqueza, a coexistência e a tolerância têm sido temas presentes no mundo pós-**Guerra Fria**. Setores democráticos que analisam o mundo atual compreendem que problemas globais exigem soluções globais; no entanto, parece sonho distante o convívio pacífico entre as pessoas.

Pense nos muros que cercam moradias, condomínios, praças. Curiosamente, o período que nasceu com a queda do muro de Berlim em 1989, símbolo da Guerra Fria, permanece com muitos muros. São muros que segregam e definem os limites do convívio possível.

Vejam o que diz a professora Tereza Pires do Rio Caldeira no texto a seguir:

A implosão da vida pública moderna

São Paulo é hoje uma cidade de muros. Os moradores da cidade não arriscariam a ter uma casa sem grades ou barras nas janelas. Barreiras físicas cercam espaços públicos e privados: casas, prédios, parques, complexos empresariais, áreas de comércio e escolas. [...]

Moradores de todos os grupos sociais argumentam que constroem muros e mudam seus hábitos a fim de se protegerem do crime. Entretanto, os efeitos dessas estratégias de segurança vão muito além da garantia de proteção. Ao transformar a paisagem urbana, as estratégias de segurança dos cidadãos também afetam os padrões de circulação, trajetos diários, hábitos e gestos relacionados ao uso das ruas, do transporte público, de parques e de todos os espaços públicos. [...]

Entende-se por Guerra Fria o período histórico que começa após o término da Segunda Guerra Mundial (1945) e perdura até 1991, ano que marcou a extinção da União Soviética, o fim do regime socialista soviético e a vitória do capitalismo. Caracterizam a Guerra Fria as disputas estratégicas e os conflitos indiretos entre os Estados Unidos da América do Norte e a União Soviética.



Figura 4.14

A inclusão dos que apresentam necessidades especiais à vida urbana depende, muitas vezes, de uma política de investimentos.

As ruas abertas à livre circulação de pessoas e veículos representam uma das imagens mais vivas das cidades modernas. Apesar de as cidades ocidentais incorporarem várias e até contraditórias versões da modernidade, há um grande consenso a respeito de quais são os elementos básicos da experiência moderna de vida pública urbana: a primazia e a abertura de ruas; a circulação

livre; os encontros impessoais e anônimos de pedestres; o uso público e espontâneo de ruas e praças; e a presença de pessoas de diferentes grupos sociais passeando e observando os outros que passam, olhando vitrines, fazendo compras, sentando nos cafés, participando de manifestações políticas, apropriando as ruas para seus festivais e comemorações, ou usando os espaços especialmente designados para o lazer das massas (parques, estádios, locais de exposições). [...]

Jane Jacobs é uma das defensoras mais famosas dos valores da vida pública moderna nas cidades. Sua análise do uso de calçadas e parques enfatiza não só abertura e acessibilidade, mas também a etiqueta e as condições que tornam interações públicas entre estranhos possíveis e seguras. [...] A “vida pública civilizada” é mantida com base em relacionamentos em público que sejam dignos, formais e reservados – o que podemos chamar de civilidade –, além de separados das vidas privadas. Onde não existem calçadas e espaços públicos vivos, e quando os relacionamentos em público começam a se intrometer na vida privada (...), a liberdade da cidade está ameaçada; as pessoas tendem a impor certos estandartes, criando um senso de homogeneidade que leva à insularidade e à separação. [...] Em suma, para Jacobs, tanto traçar linhas e fronteiras no espaço da cidade como estender o privado no público ameaçam os valores básicos de uma boa vida pública urbana (CALDEIRA, T. P. do R. *Cidade dos muros*. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 301-302).

4.7.1 Espaços públicos e de convívio social

Podemos conceituar a ideia de **espaço público** como o lugar de convívio da coletividade e da possibilidade do diálogo entre os mais diversos grupos sociais e interesses presentes em uma cidade. Mas é preciso questionar como as cidades contemporâneas estão sendo organizadas.

A massa de corpos que antes se aglomerava nos centros urbanos hoje está dispersa, reunindo-se em polos comerciais, mais preocupada em consumir do que com qualquer outro propósito mais complexo, político ou comunitário. Presentemente, a multidão sente-se ameaçada pela presença de outros seres humanos que destoam de suas intenções (SENNET, R. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997, p. 19-20).

Assim, quais seriam as condições que poderiam garantir **espaços de convívio social** para todos os grupos da sociedade? Pense nas mais variadas tribos e segmentos sociais. Pense nos diferentes setores, gêneros, religiões e grupos. Todos têm seu direito de expressão ou ao menos espaços públicos que garantam minimamente qualidade de vida?

Por exemplo, o tema da acessibilidade ainda é uma discussão nova e só muito lentamente uma cidade como São Paulo remodela seus espaços de maneira a garantir livre trânsito para pessoas que se locomovem em cadeira de rodas ou mesmo portadoras de deficiência visual. Nem as escolas públicas estão adaptadas para receber a todos.



Henri Lefebvre

“A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na cidade” (LEFEBVRE, Henri. 1991, p. 15).